

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.258.109 - SP (2018/0050659-6)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**AGRAVANTE : LUCIANA MARTINS MOREIRA**  
**ADVOGADOS : FRANCISCO DOS SANTOS BARBOSA E OUTRO(S) -**  
SP124279  
JOSÉ SIRINEU FILGUEIRAS BARBOSA - SP101438  
**AGRAVADO : JOSE SANMIGUEL CONSUELO**  
**ADVOGADOS : NÁTALI TREMORI DE ALMEIDA BUENO E OUTRO(S) -**  
SP316265  
ANDRE SOARES DE FREITAS BUENO - SP257835

**DECISÃO**

Trata-se de agravo (art. 1.042 do CPC/15), interposto por LUCIANA MARTINS MOREIRA, em face de decisão que não admitiu recurso especial (fls. 242-255, e-STJ).

O apelo nobre, de sua vez, fundamentado na alínea “a” do permissivo constitucional, desafia acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fls. 202-208, e-STJ):

ACÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. LIMINAR CONCEDIDA. PEDIDO CONTRAPOSTO. RESTABELECIMENTO DA POSSE E CONDENAÇÃO À INDENIZAÇÃO.

Improcedências. Insurgência apenas da ré.

Imóvel urbano. Liminar de reintegração de posse concedida em favor do autor. Elementos apresentados que preencheram os requisitos legais dos arts. 924 e 927 do CPC/73. Carta de próprio punho da ré, afirmando que desocuparia o local. Entretanto, posterior alegação de que o imóvel não seria de propriedade do autor.

Conjunto probatório que contraria a versão e corrobora as assertivas autorais. Ausência de qualquer indício de regularidade na posse exercida pela ré, tampouco demonstração de danos decorrentes da desocupação.

Mantença da conclusão de primeiro grau em relação à rejeição do pedido contraposto oferecido. Recurso não provido.

Nas razões do recurso especial (fls. 213-221, e-STJ), a recorrente aponta violação aos artigos 186 e 187 do CC/2002.

Sustenta, em síntese, que: a) o recorrido não comprovou sua posse no período anterior ao alegado esbulho, razão pela qual todos os seus atos fundados em posse são ilícitos; e b) a posse da recorrente era legítima em relação à do recorrido.

Contrarrazões às fls. 226-235, e-STJ.

Em juízo de admissibilidade (fls. 228-239, e-STJ), negou-se o processamento do recurso especial, sob os fundamentos de que: a) a simples referência a dispositivo de lei não autoriza o conhecimento de recurso especial; e b) incidiria ao caso o enunciado nº 7 da Súmula do STJ.

Irresignada, aduz a agravante, em suma, que o reclamo merece trânsito, uma vez que: a) as suscitadas ofensas a dispositivos infraconstitucionais estão devidamente expostas; e b) o exame da pretensão não demanda reanálise da matéria de fato.

É o relatório.

Decido.

O inconformismo não merece prosperar.

1. Da leitura do acórdão recorrido, colhe-se que o Tribunal local, à luz dos elementos de prova acostados aos autos, concluiu que a ora recorrente esbulhou o imóvel controvertido, razão pela qual não faria jus à indenização pleiteada. Veja-se (fls. 205, e-STJ):

Malgrado as razões recursais apresentadas, o recurso não deve ser acolhido.

O conjunto probatório coligido no processo, ao contrário da fundamentação apresentada na conclusão de primeiro grau, dá conta de que a ré estaria indevidamente instalada no imóvel, objeto da ação de reintegração de posse, por tempo inferior a um mês.

De início, relevante a singela leitura da carta confeccionada e assinada pela própria ré, a fl. 26, em que se comprometeu a deixar o imóvel do autor, localizado à Rua Taciba, 19, em São Paulo, às 12h do dia 08.07.2009, tendo por testemunhas os policiais chamados para a tentativa de resolução da invasão por aquela operada; o que não aconteceu regularmente, conforme atesta Boletim de Ocorrência de fls. 27/28, além de petição de fl. 51.

Conquanto não se tenha produzido prova pericial de constatação, o croqui apresentado a fl. 74 aliado às fotos de fls. 75 e, principalmente, à descrição imobiliária trazida na certidão de matrícula do bem (fls. 14/18) encerram a identificação do imóvel, localizado na Rua Iboti, 107 (posteriormente identificado com número 198) de medidas: 16m de frente, por 25m de fundos, 400m<sup>2</sup>, confrontando de um lado com a Rua Taciba e de outro há o lado e fundos com a propriedade do Departamento de Administração Predial Ltda.

Salta aos olhos, pelos documentos apresentados no processo, que a lateral do imóvel do autor, voltado para a Rua Taciba, estende-se desde a esquina da Rua Iboti até o terceiro portão de serventia instalados em seu muro; tanto assim que a própria ré reconhecia, originalmente, a irregularidade da invasão.

**Por certo, a medida liminar de reintegração de posse somente foi concedida diante do preenchimento dos requisitos legais dispostos no art. 924 e 927 do CPC/73, com destaque para o esbulho praticado pela ré e outras pessoas (vide termo circunstanciado de fls. 44/46), além do prazo de ajuizamento da ação ter respeitado lapso inferior a ano e dia da irregular ocupação.**

A alegação de que o autor teria demolido irregularmente a residência ocupada pela ré e que tal seria de propriedade do Departamento de Administração Predial Ltda. não tem qualquer credibilidade, pois referida empresa, como visto, é lindeira de lado e fundos com o bem do autor e, assertivamente, não deixaria mencionada conduta acontecer sem as medidas cabíveis para embargar a demolição, quiçá permitir a edificação de prédio local, como se pode verificar pelas fotos apresentadas pela própria ré (fls. 136/138).

Não há qualquer elemento de prova fornecido pela ré indicativo da origem de sua posse no imóvel. O algum documento concessivo da ocupação ou mesmo de efetivo uso (como o pagamento de serviços de água, luz ou impostos) ou, ainda, quais seriam os danos por ela percebidos com a liminar de reintegração de posse em favor do autor.

Mas ao contrário, o oficial de justiça em cumprimento da ordem judicial certificou que o bem estava livre de pessoas e coisas, tendo sido encontrados apenas um fogão enferrujado e espuma de colchão, tudo a evidenciar a inexistência de regular ocupação pela ré.

Com esse panorama jurídico-processual não há outra conclusão possível senão a rejeição do pedido contraposto oferecido, de restabelecimento da ré na posse do bem e de condenação do autor ao pagamento de indenização por danos.

Daí porque é de rigor a manutenção da r. sentença nesse tocante, a despeito da questionável improcedência da demanda, não objeto de insurgência recursal pela parte demandante.

Nesse contexto, tem-se que o provimento do pleito recursal demandaria que a premissa acima disposta fosse derruída. Para tanto, todavia, revelar-se-ia necessária a reanálise de matéria fático-probatória, providência vedada em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 07/STJ. Precedentes:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. ÁREA OCUPADA PARA INSTALAÇÃO DE ESTAÇÃO TELEFÔNICA E TORRE DE TRANSMISSÃO. PROCESSO DE DESAPROPRIAÇÃO NÃO OBSERVADO. NULIDADE DO CONTRATO. ESBULHO CONFIGURADO. INTERVENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DESNECESSÁRIA. CARÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. NÃO OCORRÊNCIA. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Recurso especial contra acórdão que julgou procedente ação de reintegração de posse de área de propriedade particular ocupada por empresa de telefonia, onde foram construídas uma estação telefônica e uma torre de transmissão.

2. Não há nulidade por ausência de intervenção do Ministério Público, tendo em vista manifestação do d. Procurador de Justiça no sentido de ser desnecessária sua atuação no feito, em razão da ausência de interesse público.

3. A instância ordinária, com base no conjunto fático-probatório dos autos, concluiu, com motivação suficiente, que não houve regular processo de desapropriação. Julgou procedente a ação de reintegração de posse considerando ser nulo o comodato entre o município e a empresa de telefonia firmado antes de concluído o processo de desapropriação e, sendo nulo o contrato de comodato, ficou caracterizado o esbulho, devendo os autores serem reintegrados na posse e ressarcidos dos danos sofridos. Incidência da Súmula 7/STJ.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 443.576/ES, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 20/06/2017, DJe 29/06/2017)

PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. RECURSOS ESPECIAIS INTERPOSTOS PELOS RÉUS DE AÇÃO POSSESSÓRIA. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL.

INOCORRÊNCIA. CERCEAMENTO DE DEFESA. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE.

APURAÇÃO. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO DO ACÓRDÃO. NÃO OCORRÊNCIA. PROVA

EMPRESTADA, INÉPCIA DA PETIÇÃO INICIAL E JULGAMENTO ULTRA PETITA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INOVAÇÃO RECURSAL. NULIDADE DO JULGAMENTO DA APELAÇÃO. INTERPRETAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO DO TRIBUNAL DE ORIGEM. EXAME DE DIREITO LOCAL, FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE E REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO.

1. Ausência de maltrato ao art. 535, II, do Código de Processo Civil quando o acórdão recorrido aprecia com clareza as questões essenciais ao julgamento da lide, não estando o magistrado obrigado a rebater, um a um, os argumentos deduzidos pelas partes.
2. A avaliação da suficiência dos elementos probatórios que justificaram o julgamento antecipado da lide e o indeferimento de outras provas demanda o reexame fático-probatório.
3. O magistrado é o destinatário da prova, cabendo a ele decidir acerca dos elementos necessários à formação do próprio convencimento.
4. O exame das questões atinentes à má valoração da prova não escapa ao revolvimento de prova, já que o Tribunal de origem entendeu configurado o esbulho praticado pelos réus e a sua responsabilidade em reparar os danos materiais a partir dos elementos fáticos constantes dos autos, o que atrai a incidência da Súmula 7/STJ.
5. Ausente o prequestionamento da matéria, porquanto não apreciada pelo acórdão recorrido, é inviável a análise do recurso no ponto.
6. Inviável a análise de normas constantes no Regimento Interno do TJMT em sede de recurso especial, ante a incidência do óbice da Súmula 280/STF, aplicado por analogia.
7. O entendimento do STJ é no sentido de que, em se tratando de ação possessória, não se discute o domínio sobre os bens em comento, mas tão somente a posse exercida sobre eles.
8. A reforma do julgado demandaria o reexame do contexto fático-probatório, procedimento vedado na estreita via do recurso especial, a teor da Súmula 7/STJ.
9. Descumprimento dos arts. 541, parágrafo único, do Código de Processo Civil, parte final, e 255, § 2º, do RISTJ, ante a ausência de cotejo analítico entre os acórdãos supostamente dissonantes, sendo insuficiente à comprovação da divergência a simples transcrição de ementas.
10. RECURSOS ESPECIAIS A QUE SE NEGA PROVIMENTO.  
(REsp 1279929/MT, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/03/2014, DJe 15/04/2014)

AGRAVO REGIMENTAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS. LUCROS CESSANTES. ESBULHO POSSESSÓRIO DE BEM MÓVEL. DANO. PROVA. APLICAÇÃO DA SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO NÃO CARACTERIZADO. DECISÃO AGRAVADA MANTIDA.

- 1.- A desconstituição das conclusões a que chegou o Colegiado a quo a respeito dos danos, como propugnado, ensejaria nova incursão no acervo fático-probatório da causa, o que é vedado à luz da Súmula 7 desta Corte.
- 2.- Inviável o conhecimento do recurso especial pelo dissídio, se o recorrente não realiza o devido cotejo analítico, mencionando as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados.
- 3.- O recurso não trouxe nenhum argumento capaz de modificar a conclusão do julgado, a qual se mantém por seus próprios fundamentos.

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO**

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

4.- Agravo Regimental improvido.

(AgRg no AREsp 179.466/SP, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/06/2012, DJe 27/06/2012)

Assim, inviável a admissão do apelo nobre.

2. Ante o exposto, com fulcro no art. 932 do CPC/2015 c/c Súmula 568/STJ, nego provimento ao agravo.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

**MINISTRO MARCO BUZZI**

Relator

